

# **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2013.**

**Requer a realização de  
Audiência Pública  
destinada ao debate sobre  
regulamentação de profissões.**

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública destinada a ouvir o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho, o Conselho Nacional de Educação e o Fórum dos Conselhos Federais Fiscalizadores de Profissões Regulamentadas sobre a demanda de regulamentação de profissões e prolífera tramitação de matérias nesse sentido na Câmara dos Deputados.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Atualmente, inúmeros projetos de leis que regulamentam profissões tramitam na Câmara dos Deputados. Alguns são inéditos, porém sempre resultam em polêmica e contestação.

Algumas profissões são criadas com cargas reduzidas a partir de especialidades de profissões regulamentadas com formação plena; enquanto outras são criadas com as mesmas atribuições e competências exercidas por profissões já regulamentadas.

Alguns cursos de Ensino Superior são autorizados pelo Conselho Nacional de Educação e iniciados, após a graduação de algumas turmas surge a luta pela regulamentação profissional.

A criação de cursos superiores é justificada pela demanda do mercado, porém normalmente o que ocorre é a criação de curso com carga horária e conteúdo reduzidos, quando já existe no mercado oferta de profissionais com formação ampla que exercem essas atividades e competências.

Por outro lado, existem atividades que requerem regulamentação em decorrência do risco que representam para os agentes executores, bem como para os usuários e para a sociedade. Nesses casos, cumpre ao Estado proteger a sociedade contra o exercício ilegal ou negligente da profissão.

Outra importante vertente é a regulamentação profissional de caráter social ou público, que exige formação educacional específica e cujas atividades necessitam de regulamentação a fim de que o Estado possa prestar o devido atendimento à população.

Diante do exposto, conclamo aos Nobres Pares da Comissão a aprovação do requerimento ora apresentado.

Sala das Sessões,        de novembro de 2013.

Deputado IZALCI  
PSDB/DF